



Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

Despacho

Assunto: DECISÃO CGE-CODUSP/LAI 0095/2023

Número de referência: CGE-PRC-2023/00098 - PROTOCOLO SIC Nº [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria da Educação

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Pedido de acesso aos arquivos de log do diário escolar digital da Prof. [REDACTED], e do vice-diretor do dia 22/12/2022 da EE Prof. Segundo Carlos Lopes, no município de Ibaté. Demanda não atendida. Apresentada as razões de fato para o não atendimento. Provimento negado.

DECISÃO CGE-CODUSP/LAI Nº 0095/2023

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria Estadual da Educação, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta e em recurso, o órgão prestou alguns esclarecimentos para a solicitante, e informou sobre a disponibilização do arquivo log do Diário Escolar Oficial onde é possível verificar, data, hora, responsável por lançar os conteúdos programáticos, etc., e fornecendo o endereço eletrônico da unidade responsável pela divulgação das informações e apta prestar outros esclarecimentos - <https://sed.educacao.sp.gov.br/boletim> - e, ao final, concluiu que “*por se tratar de dados sensíveis, inviabiliza o atendimento dos pedidos, sendo observado Artigo 5º da Resolução SE 61, de 9-11-2018, que prevê a divulgação e dados públicos e pessoais pela Secretaria da Educação.*”. Insatisfeita a solicitante apresentou o presente apelo revisional a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. Relativamente a questão de disponibilização de tratamento de dados pessoais deve ser observada a norma legal que rege a matéria, a Lei federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que estabelece em seu art. 7º e seus incisos, bem como todos os requisitos para o tratamento de dados pessoais e o tratamento de dados pessoais sensíveis (art. 11). Oportuno atentar, ainda, para o fato de que a referida lei dispõe sobre a anonimização de dado relativo a titular de dados que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento (art. 5º, XI).
4. Considerando que o órgão prestou esclarecimentos para a cidadã sobre seu pedido, e indicou o endereço eletrônico da unidade responsável pela divulgação dos dados do Diário Escolar Digital que contém as informações requeridas pela interessada, indicando assim, as razões de fato para o não atendimento da demanda, **conheço do recurso**, e no mérito, **nego provimento**, com fundamento no art. 11, II e III da Lei federal nº 12.527 de 18 novembro de

Classif. documental

006.03.02.001

Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI), ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015, alterada pelo aludido Decreto 66.850/2022.

5. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados.

São Paulo, 15 de março de 2023.

Antonio Carlos Santa Izabel
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público